

ACTA N.º 2 8

- Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dois, pelas vinte e duas horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Mafamude, na sua sede, sita à Rua Soares dos Reis, número mil cento e cinquenta e quatro, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Milton de Jesus dos Reis.

- Feita a chamada, registou-se a ausência do Senhor Alfredo Magalhães Sá Azevedo.

- Do Executivo da Junta estiveram presentes; O Presidente da Junta, Senhor Fernando Lopes Vieira; Secretária, D. Maria Amélia Traça Machado; Tesoureiro, Senhor Belmiro Francisco da Rocha Pereira, e os Vogais Senhor António José da Silva Pereira, Senhor Ilidio Tavares de Sousa, Senhor Joaquim Teixeira Assunção e a Sra. Dra. Virgília Costa.

- Antes se dar início à ordem de trabalhos, e a face as às chamadas de atenção, feitas pelo Senhor Deputado Paulo Tavares, relativamente às suas intervenções, na acta vinte e sete e nomeadamente à página oito e nove, iria proceder-se às seguintes ressalvas. O texto mencionado na acta vinte e sete, página oito passaria a ter a seguinte leitura "Perguntei ao Senhor Presidente da Mesa se a conferência tinha a ver com o realojamento dos ciganos em Olival ou com a situação dos barracos na Alameda do Cedro, nos limites da Freguesia de Mafamude com Vilar do Paraíso. Sendo-me dito que a conferência de imprensa tinha a ver com o Cedro. Eu manifestei-me com agrado na tomada da medida (relojamento da família cigana), resolvendo-se assim uma problema que já se arrastava há muitos anos, na nossa Freguesia." Na página nove "Não acompanhei o processo, o Presidente não me contactou directamente, contactou o meu camarada Manuel Pinto, que me transmitiu de facto a conferência de imprensa, mas não sabendo em concreto qual o objectivo da mesma. Relativamente à polémica criada sobre a conferência de imprensa manifestei-me dizendo que não havia qualquer problema ao não ser-mos convidados (CDU) para a mesa, pois quem convocou a mesma foi o Executivo e não o Presidente da Assembleia de Freguesia".

- **Senhor Presidente da Mesa:** Começou por informar os Senhores Membros que, face a algumas correcções que foram detectadas e feitas após a sua distribuição, iriam de novo ser distribuídas as páginas doze e catorze da acta que estava para ser aprovada. Deu conhecimento que já se encontrava dactilografada a proposta final do Regimento da Assembleia, para este Mandato e que, não podendo estar presente nas últimas reuniões, presumia que a proposta, seria consensual, por parte de todos os grupos da Assembleia, se estaria provavelmente em condições de se proceder à votação do documento, tendo em conta que o seu teor era do conhecimento de todos os líderes. Seguidamente pediu para que, caso existisse alguma objecção por parte dos grupos parlamentares, estes se pronunciassem. De imediato procedeu-se à distribuição do referido documento.

- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -

- **Da Direcção dos Artistas de Gaia - Cooperativa Cultural . C.R.L.:** Convite para a inauguração da Exposição Individual de Pintura, intitulada "Dar cor sentimento", da autoria de Rosa Amaral, no dia 19 de Outubro de 2001, pelas 22

horas, na Sede/Galeria desta Cooperativa.

Da Direcção dos Artistas de Gaia - Cooperativa Cultural . C.R.L.: Convite para a inauguração da Exposição Individual de Pintura, intitulada "Significados", da autoria de Benvindo de Carvalho, no dia 9 de Novembro de 2001, pelas 22 horas, na Sede/Galeria desta Cooperativa.

- **Da Direcção dos Artistas de Gaia - Cooperativa Cultural . C.R.L.:** Convite para a inauguração da Exposição Anual de Sócios, no dia 16 de Novembro de 2001, pelas 22 horas, na Quinta da Boeira.

- **Da Direcção dos Artistas de Gaia - Cooperativa Cultural . C.R.L.:** Convite para a Exposição/Leilão de Obras de Arte, , no dia 24 de Novembro de 2001, entre as 14,30h e as 19,30h, no Auditório Municipal de Gaia.

- **Da Direcção dos Artistas de Gaia - Cooperativa Cultural . C.R.L.:** Convite para a inauguração da Exposição Colectiva de Artes Plásticas, intitulada "Arte deste Século II", no dia 22 de Fevereiro de 2002, pelas 22 horas, na Sede/Galeria desta Cooperativa.

- **Das Direcções de Artistas de Gaia - Cooperativa Cultural e do Life Club:** Convite para a inauguração da Exposição Colectiva de Artes Plásticas, no dia 8 de Março de 2002, pelas 22 horas, na Galeria Paço D'Artes.

- **Da Direcção dos Artistas de Gaia - Cooperativa Cultural . C.R.L.:** Convite para a inauguração da Exposição Individual de Pintura, intitulada "Azul Água", da autoria de António M. Silva no dia 15 de Março de 2002, pelas 22 horas, na Sede/Galeria desta Cooperativa.

- **Da Paróquia de Santo Ovídio:** Convite para as cerimónias da Dedicção da sua igreja Paroquial, no dia 10 de Março de 2001, pelas 15h30.

- **Da Paróquia de São Cristóvão de Mafamude:** Convite para a inauguração e benção do Centro de Dia da 3.ª Idade e do Centro Paroquial, no dia 17 de Novembro de 2001, pelas 15h00.

- **Do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia-Dr. Luís Filipe Menezes:** Convite para participar na Sessão Solene comemorativa do Dia da Liberdade, dia 25 de Abril, pelas 10h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

- **Do Presidente da Junta de Freguesia de Mafamude:** Convite para assistir às "Conversas de Café", no âmbito das comemorações dos 1080 anos de Mafamude, no dia 4 de Maio de 2002, pelas 22h00, na Sede do Ginásio Clube de Mafamude.

-CORRESPONDÊNCIA ENVIADA-

- Enviada convocatória desta Assembleia a todos os Membros que dela fazem parte. Enviado Fax aos meios de Comunicação Social, a informar da realização desta Assembleia.

- PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR –

- **Senhor Presidente da Mesa:** Abriu as inscrições para discussão e votação da acta n.º 27, tendo-se inscrito os Senhores Membros: António Rocha e Paulo Tavares.

- **Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP):** Começou por dizer que iria apenas fazer duas notas em relação ao cuidado das actas. Fazendo suas, as palavras do Senhor Agostinho Santos em que referiu, que o trabalho das actas era muito fiel ao que se passava. Recordava-se perfeitamente dessa reunião, era um trabalho que mais uma vez seria de enobrecer, até pelo testemunho que o mesmo daria aos utilizadores destes documentos no futuro, da fidelidade do que se tinha passado e as intervenções das pessoas. Apesar do cuidado que se tinha tido solicitou fossem feitas rectificações de alguns erros ortográficos, nomeadamente, em vez de “rui” “ruiu” e chamou também a atenção para a página catorze, que tinha sido distribuída, na quarta linha onde se lia “um Presidente da Junta utilizar termos de mentir”, fosse substituído por “utilizar termos como mentir”, porque julga ser o mais correcto. Também na página seis, que não fora distribuída, chamou a atenção para um pequeno pormenor, que tinha a ver com o nome do Senhor Agostinho Santos, onde se lia “Santo” deveria fazer-se a sua correcção para “Santos”.

- **Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU):** Chamou a atenção, para algo que pensa ter sido dito pelo Senhor Agostinho Santos, em que a dada altura, na página sete, refere “convocaríamos uma conferência de imprensa, iria falar com os meus colegas”. Pensa que, o que queria ter dito, seria “camaradas”. Relativamente à sua intervenção, sobre a conferência de imprensa que foi dada no Cedro, na pagina oito e nove, chamou a atenção para a falta de texto, visto que ao ler-se, este não se enquadrava muito bem, no momento em que refiro “relativamente à intervenção feita anteriormente, quis salientar que a culpa tinha sido sua...”, sugeriu que se fizesse a sua correcção, por pensar que de facto não tinha dito aquilo.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Sugeriu que o Senhor Membro Paulo Tavares, reunisse com a funcionária que faz a actas, e, em conjunto, com documentos e gravações existentes, fossem feitas as devidas correcções. Na próxima acta se faria uma ressalva.

- **Senhor Deputado Agostinho Santos (PS):** Começou por referir que os Deputados do Partido Socialista, tinham estado atentos a todos os pormenores da acta, que por acharem haver assuntos mais importantes a serem discutidos e visto serem assuntos tão ínfimos, entenderam não ser necessário perder-se tempo com estes pormenores, no final falariam com o Senhor Presidente da Mesa e a Senhora que redige as actas. Como já havia referido, as actas eram bem diferentes, das que eram feitas anteriormente. Neste sentido, uma vez que eram pequenas coisas que não alteravam o sentido das suas intervenções, não haveria necessidade de falar. Sobre a chamada de atenção, feita pelo Senhor Deputado da CDU, agradeceu e informou que tinha reparado, não tinha ficado ofendido, nem feito qualquer reparo ao assunto, porque em cima já tinha referido “o Senhor Presidente respondeu-me que na hora se veria. Posteriormente tive a informação dos meus camaradas da Assembleia”, só para lhe dizer que, se refiro camaradas para um lado, também o refiro para o outro. Neste contexto, informou que era usual dentro do seu Partido, nomeadamente entre os Militantes tratarem-se por “camaradas”.

- **Senhor Presidente da Assembleia:** Usou da palavra para chamar à atenção do Senhor Agostinho Santos, para o facto de, se, efectivamente havia dito "colegas", a palavra iria manter-se "colegas", se havia dito "camaradas, se manteria "camaradas", seria uma questão de se ouvir a gravação da Sessão. Dado que era um pormenor que não afectaria a aprovação na generalidade deste documento, colocou a acta número vinte e sete à votação. Tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, com as ressalvas resultantes das discussões havidas. Seguidamente e antes de se dar continuidade aos trabalhos e de se passar ao Período antes da Ordem do Dia, pediu para justificar, e porque lhe tinha sido pedido, a ausência na Assembleia da D. Maria Amélia Traça Machado, elemento do Executivo, que se encontrava em viagem de regresso Lisboa- Porto, aguardando-se a todo o momento a sua chegada. Tendo tomado conhecimento de que existiam documentos para dar entrada na Mesa, solicitou que quem os tivesse, os fizesse chegar à Mesa. Seguidamente informou que o Senhor Presidente da Junta pretendia dar uma pequena explicação à Assembleia, antes do início das inscrições e da entrega dos documentos.

- 3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -

- **Senhor Presidente da Junta:** A informação que pretendia prestar e como tinham tido a oportunidade de verificar, não foi possível fazer chegar à Vossa posse, os documentos respectivos e correspondentes aos pontos números (4.7) e (4.8), ou seja os documentos referentes ao Relatório e Contas de 2001 e o Plano de Actividades e Orçamento do ano de 2002. Relativamente às Contas, informou que estas se encontravam fechadas, o Relatório estava quase a ser ultimado. O Executivo, entendeu não apresentar o Plano de Actividades e o Orçamento, sem que se tivesse, por parte da Câmara, algumas indicações concretas, em relação às verbas a atribuir às Juntas de Freguesia durante o ano de 2002. Atendendo à conjectura político-económica, não só da Câmara, como também do próprio País, os documentos da Câmara tinham chegado à sua posse, para aprovação, como Membro da Assembleia Municipal, há apenas três dias, o que não permitiu na realidade preparar totalmente o Orçamento para o ano de 2002. Como é sabido, as Juntas de Freguesia dependem economicamente da Câmara, no equivalente a dois terços do Orçamento, e que caso essas transferências não fossem garantidas, por aprovação do Orçamento da Câmara, não haveria possibilidades de o executar. Face a esta situação apresentou desculpas, prometendo fazer chegar os dois documentos em falta.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Informou que tinham sido presentes à Mesa duas moções e dois votos de congratulação, sugeriu que estes documentos fossem apresentados por cada um dos proponentes.

- **Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP):** Deu a conhecer a todos os presentes o teor do voto de congratulação, subscrito por todas as forças políticas com assento na Assembleia. Este documento tinha como objectivo congratular-se pelo facto do Senhor Presidente da Junta ter sido eleito para a Direcção Nacional da ANAFRE. (vide doc. n.º1).

- **Senhor Deputado Rui Reis (PSD/PP):** Deu a conhecer a todos os presentes o voto de congratulação, subscrito por todas as forças políticas com assento na Assembleia. Este documento tinha com objectivo, congratular o Dr. Manuel Moreira, pela sua recente nomeação para o cargo de Governador Civil do Porto. (vide doc. N.º 2)

- **Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU):** Deu a conhecer a todos os presentes a Moção. Esta Moção tinha como objectivo saudar o Povo Timorense, pela forma como tinham decorrido as eleições naquele país. (vide doc. 3).
- **Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU):** Deu a conhecer a todos os presentes a Moção de Solidariedade com o Povo da Palestina. (vide doc. N.º 4)
- **Senhor Presidente da Mesa:** Pediu autorização para a Mesa se associar a três dos documentos presentes, nomeadamente: Voto de Congratulação, pela eleição do Senhor Presidente da Junta para a Direcção Nacional da ANAFRE; Voto de Congratulação pela recente nomeação do Dr. Manuel Moreira para o cargo de Governador Civil e a Moção de saudação ao Povo Timorense, pela forma como decorreram as eleições naquele país.
- **Senhor Deputado Agostinho Santos (PS):** Em relação aos dois votos de congratulação, disse que os tinha subscrito com muito gosto. Sobre a nomeação do Dr. Manuel Moreira para o cargo de Governador Civil do Porto, congratulou-se pela sua nomeação. Da eleição do Senhor Presidente da Junta, para a Direcção Nacional da ANAFRE, felicitou-o pela sua eleição. Seguidamente, informou que recentemente tinha sido homenageado por um grupo de pessoas, uma figura do nosso Município, que tinha sido o co-autor da Monografia de Mafamude. Entre as pessoas que se encontravam no jantar, referiu que não tinha visto ninguém da sua Freguesia. Teria sido de bom tom, que os presidentes tivessem mandado alguém representá-los. Neste jantar o indigitado Governador Civil, fez muitos elogios ao Dr. Barbosa da Costa. Sobre o 25 de Abril, e dada a ausência destas comemorações, na Freguesia, sugeriu que se fizessem acções alusivas à data.
- **Senhor Deputado Miguel Rodrigues (PS):** Começou por dizer que se recordava que algum tempo atrás, tinha sido fundado um Conselho da Juventude, o seu objectivo seria de uma forma mais consensual, dar voz aos jovens da Freguesia. Para desagrado seu e do Partido Socialista, deixaram de ser convidados para estes conselhos e sugeriu que o mesmo fosse reactivado; sobre as obras da Casa da Juventude, perguntou em que pé se encontravam as obras; sobre a página da Junta na Internet, congratulou-se pela sua apresentação e por também já ser possível pedir através desta via, documentos administrativos.
- **Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP):** No uso da palavra, informou que iria tecer alguns comentários em relação aos votos de congratulação e às propostas apresentadas. Apesar de ter sido interpelado, embora, de uma forma indirecta, iria também esclarecer algumas situações. Em relação do voto de congratulação, da nomeação e eleição do Senhor Presidente da Junta, para os órgãos nacionais da ANAFRE, disse que era evidente e como tinha sido dito pelo Senhor Agostinho Santos, que sempre que um de nós, de uma comunidade, se destaca e assume um órgão nacional, é motivo para os representantes dessa comunidade se congratularem, porque estão em condições privilegiadas de defender os interesses dessa comunidade e até de manter um elo muito mais eficaz e de ligação, em relação a aspirações que as autarquias têm, nomeadamente, no que respeita à discussão do problema das competências e da sua transferência para os órgãos locais, integrada no chamado "pacote" da descentralização. Relativamente ao Dr. Manuel Moreira, disse que faria suas as palavras do Senhor Agostinho Santos. Por se tratar de um amigo, iria apenas acrescentar um dado. O voto de congratulação era para si, um voto particularmente feliz, porque quem andava nisto da política, como um exercício de cidadania, como nós andamos e estamos aqui no exercício

da cidadania, olhamos para o Dr. Manuel Moreira, como um exemplo. Assim este voto é da mais elementar justiça, pelo trabalho, pelo empenho e pela forma como sempre esteve ligado à sua terra e transmitiu as coisas da sua terra. Não podemos ficar indiferentes a isto, é um exemplo de como um Deputado, pode exercer as suas funções, não se esquecendo nunca de ouvir as pessoas, recebendo sempre os seus eleitores, de uma forma directa e clara. Para além disso fez sempre um esforço notável que lhe foi sendo reconhecido e que meritoriamente, só abona em termos daqueles que, exercendo cargos políticos, dão o exemplo de dignidade e serviço. Vindo esse exemplo de um cidadão de uma Freguesia, como Mafamude, que em termos democráticos, tem dado provas de grande maturidade é naturalmente um motivo de orgulho que esta Assembleia tem de partilhar a sua nomeação como Governador Civil. Relativamente ao Conselho da Juventude, lembrou que na última reunião na qual o referido Deputado tinha estado presente, tinham sido aprovados dois pontos, os quais foram aceites por unanimidade por todo o Conselho. O primeiro ponto dizia o seguinte: o Conselho Consultivo da Juventude de Mafamude, mandatava e insistia para que a Junta de Freguesia, junto dos órgãos próprios, fizesse pressão para que, a concretização da criação da Casa da Juventude fosse uma realidade. O segundo ponto era para responder a um convite da Câmara Municipal, para eleger um dos seus representantes que não poderiam ser das juventudes partidárias, estas já se encontravam representadas, para o Conselho Consultivo Municipal da Juventude, em relação à concretização política, esta foi concretizada primeiro no programa da Câmara Municipal e depois na concretização das obras, que já estão ser feitas e estão à vista de todos. Brevemente iria ser convocado o Conselho Municipal da Juventude. Foi este acordo que se fez, e que está a ser concretizado na integra. Logo que seja convocado o Conselho Municipal da Juventude, Mafamude está pronta a participar e, justificar-se-á que na altura o responsável da Autarquia convoque de novo o Conselho para concertar posições. Por último e referindo-se à proposta de Timor, disse estar absolutamente de acordo. Sobre a proposta da Palestina, solicitou ao principal subscritor, nomeadamente em relação às questões de julgamento que fosse alterada e que subscreveriam a proposta, no sentido muito claro de política, aquela zona deveria e deve ser de promoção da paz pelos órgãos instituídos das Nações unidas. Porque tinha passado na leitura o essencial do documento a expressão "às mãos assassinas do Estado de Israel", não se coadunava com o espírito da subscrição. Caso fosse possível fazer-se essa rectificação, ficariam mais tranquilos para votar por unanimidade a proposta, senão teriam que fazer essa rectificação em declaração de voto, pelo que convidaram o Senhor Deputado Paulo Tavares, a rever esse aspecto. Relativamente ao Dr. Barbosa da Costa, disse que não tinha estado na homenagem que lhe prestaram, porque não tinha sido convidado, pelo que, se sentia à vontade para abordar frontalmente as questões. Começou por lembrar que a Freguesia justamente lhe tinha agradecido ao associá-lo às Festas dos 1080 anos de Mafamude, com o lançamento da Monografia de Mafamude. Tinha estado ao seu lado em certos momentos da sua vida, e se tinha afastado por não comungar das mesmas ideias políticas, mas não em termos de amizade, noutros momentos. Lembrou também, que a certa altura do seu mandato anterior, lhe tinha manifestado o seu desagrado, pela forma como estava a ser exercida a política cultural. Recordando o discurso feito pelo Senhor Presidente da República, que considerava um dos melhores que tinha ouvido no vinte e cinco de Abril, lhe dava legitimidade para dizer que íamos defrontar nos próximos tempos, um grande desafio. As decisões políticas que são tomadas aqui, segundo a nossa inteira responsabilidade, assumimo-las com legitimidade e quando esta Assembleia cessar as funções, outros virão e se empenharão, para a qualificar. Da mesma forma, em momento nenhum do exercício das funções, nós, nos desviaremos, dos programas que apresentamos às populações. Não pedia desculpas aos seus concidadãos, por estar ali a falar, nem por ter ganho esse direito de legitimidade, estava ali na defesa das suas convicções, estava legitimado, qualquer decisão do detentor de um

cargo político, durante o seu mandato, estava legitimado, pelo voto popular e pelo programa que apresentou ao eleitorado. Por último informou que desconhecia as razões pelas quais o Dr. Francisco Barbosa da Costa, tinha sido afastado, reconheceu que era uma figura de referência da Cultura de Vila Nova de Gaia, nas últimas décadas, apesar de hoje discordar de algumas das suas políticas em matéria cultural. Por último informou que a sua posição, relativamente a este assunto, apesar de não ter apresentado por escrito, era estritamente pessoal.

- **Senhor Deputado Agostinho Santos (PS):** Começou por dizer que tinha ouvido atentamente o orador que o tinha antecedido, concordava em muitas coisas que tinha dito. Referiu também que o conhecendo, e sendo uma pessoa atenta, só não se informou do que se passou em relação ao Dr. Francisco Barbosa da Costa e à Câmara, porque não quis. Sendo líder da bancada do PSD, sabia muito bem o que se tinha passado. Não tinha apresentado nenhuma moção ou proposta, porque não concordavam com muita coisa que ele fez, deixava muito a desejar em termos políticos. Foi convidado para integrar a Comissão de Honra, na qualidade de Presidente de uma Instituição Cultural, razão pela qual me encontrava presente na homenagem. Como cidadão, não nos podíamos alhear da pessoa do Dr. Francisco Barbosa da Costa. Sendo uma referência, e tendo em conta o muito que fez em prol da cultura, apesar de não concordar em muitos aspectos com ele, pensava que não se deveria deixar passar em claro, uma homenagem. Tinha ficado surpreendido, porque, numa reunião em que tinha estado na qualidade de Presidente dos Artistas de Gaia, ouviu o Senhor Presidente da Câmara, dizer que o Dr. Francisco Barbosa da Costa, era o melhor Vereador do País. Posteriormente vem dizer publicamente, que qualquer Presidente de Câmara se orgulharia de ter um Vereador como o Dr. Francisco Barbosa da Costa. Perante estas afirmações e após a sua eleição, e ter ficado como terceiro da lista, na qualidade de independente, uma semana depois retiram-lhe o Pelouro. Politicamente, referiu que o mesmo tinha cometido algumas asneiras, mas que não se estava ali a discutir política, neste caso. Sobre os convites, referiu que estes tinham sido feitos publicamente, nos jornais, quem quisesse poderia ter-se inscrito.

- **Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP):** Começou por dizer que não considerava que uma discussão deste tipo, fosse uma questão meramente de ping-pong. O assunto deveria ser tratado com seriedade, de forma a ser transmitido às pessoas que estavam a assistir, que não se estava ali por uma questão de ping-pong, trata-se de um diálogo, de um debate. Dirigindo-se ao interveniente anterior, disse que só não concordava com uma frase que tinha dito "deixa muito a desejar em termos políticos". No seu entendimento e para que ficasse bem claro, disse que o Dr. Barbosa da Costa, em termos políticos, tinha feito um exercício exemplar de liberdade, embora divergisse em determinados momentos das suas posições. O que estava em causa era a política cultural, com a qual não concordava, razão pela qual se afastou politicamente. Saliu ainda que era necessário a população entender que estavam ali, não por agrado próprio, estavam ali para ter em cada momento responsabilidade, tendo em conta os interesses da Freguesia, e não seria só porque havia uma divergência, que diga respeito à Freguesia, que não iria trabalhar da mesma forma. Para terminar disse que tinha sido sincero, no que havia dito, não conhecia, a razão pela qual o Dr. Barbosa da Costa tinha sido afastado, portanto para si tinha sido um acto de legitimidade política exercido pelo Senhor Presidente da Câmara. Sobre a afirmação feita pelo interveniente anterior, quando referiu " o Senhor sabe, o Sr. pode saber, ou deverá saber", informou que também lia os jornais e que o julgamento que fazia, era que limitado ao conhecimento do que se tinha passado, sendo no entanto claro o Senhor Presidente da Câmara estava mandatado e tinha legitimidade para exercer uma política que a nível cultural foi apresentado no seu programa, e com a com o

qual nos identificamos. Relativamente ao teor dos convites públicos, referiu que ele sabia muito bem o que pensava acerca do assunto. Não tinha recebido qualquer convite, quer a nível pessoal, quer a nível de Autarca.

- **Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU):** Sobre os votos de congratulação, manifestou a sua concordância. Sobre a Moção de Solidariedade com o Povo da Palestina, concordou em retirar "as mãos assassinas do Estado Israel " e " e a sua causa". Sobre a inauguração do Centro de Dia da Paróquia de Mafamude, questionou porque motivo o mesmo ainda se encontrava encerrado.

- **Senhor Presidente da Junta:** Pediu autorização para poder prestar um ou dois esclarecimentos. Sobre a Casa da Juventude, informou que brevemente iriam ser convocados um representante de cada Freguesia. Das obras informou, que por ainda não ter sido aprovado o Orçamento da Câmara, estas encontravam-se paradas. Relativamente às comemorações do 25 de Abril, disse que pela Freguesia se encontrar sediada no centro do Concelho e dado que a Câmara Municipal, realiza estas comemorações, não via razões para que a Autarquia comemorasse esta data. Sobre o convite para a homenagem ao Dr. Barbosa da Costa, referiu que o tinha recebido, mas, uma vez que o mesmo coincidia com o Congresso da ANAFRE, e com algumas organizações levadas a efeito pela Junta de Freguesia, não tinha sido possível fazer representar a Autarquia. Sobre o Centro de Dia da Paróquia de Mafamude informou que a todo o momento se aguardava a inauguração daquelas instalações, que faltavam ultimar alguns pormenores, para a sua abertura, mas, que o mesmo era pertença da Paróquia de Mafamude.

- **Senhor Presidente da Assembleia:** Relativamente à intervenção do Senhor Agostinho Santos e em relação à homenagem prestada ao Dr. Barbosa da Costa, informou, que a Mesa enquanto Órgão Autárquico, não tinha sido convidada. Enquanto cidadão, também não tinha sido convidado, não iria em circunstância alguma. Em relação aos documentos que se encontravam para votação, solicitou a suspensão da Assembleia por cinco minutos

- **Senhor Presidente da Mesa:** Pediu para intervir no sentido de poder clarificar a razão porque havia solicitado a interrupção da Assembleia, e começou por dizer o seguinte: "Enquanto Presidente da Assembleia, tinha tentado manter na Assembleia decisões mais consensuais possíveis, sobretudo quando estão em causa valores que são importantes, como o valor da vida humana e as causas que afligem o Mundo na sua generalidade, e, porque, ao receber uma das moções, que foi presente à Mesa, ela ofereceu-lhe sérias reticências. Como não queria, em termos de Assembleia, manifestar uma posição diferente da maioria da Assembleia, sobretudo do grupo parlamentar, a que apesar de Presidente de um Órgão, continua a pertencer, pelo menos em termos de convicções políticas, não queria ter uma posição diferente da eventual posição do grupo, dado que o líder parlamentar, tinha assinado a proposta. Tentou dar uma solução de consenso que permitisse votar esta proposta por unanimidade, ou pelo menos que cada um pudesse tomar livremente e em consciência a sua posição. Depois de ter conversado um pouco, não foi possível chegar a esse consenso, portanto a proposta original, com as alterações que o Senhor Deputado Paulo, nos indicou e que depois nós rectificaremos, vão ser votadas, tal qual foram apresentadas, pessoalmente, tomaria a posição que entendesse e que comunicaria à Assembleia. Não enquanto Presidente do Órgão, como seria evidente."

- **Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP):** Relativamente a este assunto, referiu que as propostas que envolviam valores internacionais, mundiais, deveriam

ser aprovadas por unanimidade. Não tinha sido possível chegar a esse consenso, o que era legítimo, no seu ponto de vista. Pela sua parte iria assumir a responsabilidade, na medida em que tinha sugerido algumas alterações, aceites pelo Senhor Deputado Paulo Tavares. A votação que aqui se vai passar, deverá ser uma votação da consciência de cada um dos cidadãos. Por último agradeceu ao Senhor Presidente, e naturalmente aos líderes pela abertura que manifestaram, no debate que ali se tinha passado.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Informou que iria proceder-se à votação, e que esta iria ser feita pela ordem de entrada dos documentos à Mesa. Seguidamente colocou à votação os seguintes documentos: documento n.º 1, proposta do Voto de Congratulação relacionado com a eleição do Presidente da Junta de Mafamude, para a Direcção Nacional da ANAFRE. **Votação:** aprovada por unanimidade; documento n.º 2, proposta do Voto de Congratulação, relacionado com a nomeação do Dr. Manuel Moreira, para o cargo de Governador Civil do Porto. **Votação:** aprovada por unanimidade; documento n.º 3 - Moção relacionada com Timor. **Votação:** aprovada por unanimidade; documento n.º 4 - Moção de Solidariedade com o Povo da Palestina. Face às informações prestadas pelo Senhor Deputado Paulo Tavares, em que concordou retirar as palavras "mãos assassinas do Estado de Israel", "solidariedade com o povo da Palestina" e "a sua causa", nestas circunstâncias, e com estas alterações, iria colocar à votação o referido documento: **Votação: Votação:** Aprovada com 6 votos a favor do PS, 1 voto a favor da CDU, 4 votos a favor do PSD/PP, 4 abstenções do PSD/PP e três votos contra do PSD/PP.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Informou que iria abandonar o seu lugar para em declaração de voto, dar a sua opinião sobre o ultimo documento apresentado à Mesa.

- **Declaração de voto:** As visões parciais nunca ajudaram à resolução dos problemas. Quando se condena alguém, que mata alguém, tem que se condenar, em contrapartida, outro alguém, que mata outro alguém. Estava-se a fazer uma discriminação, que do seu ponto de vista, não ajudava na resolução dos problemas, não valia a pena dar toda a razão a um dos lados, quando do outro lado também se reconhecia existir alguma razão. Obviamente que esta Moção, como qualquer outro documento apresentado nesta Assembleia, não irá resolver os problemas do mundo. Sendo um problema de consciência, e tendo em conta a sua visão não tinha condições para votar favoravelmente.

- **Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU):** Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Mesa, disse que respeitava a sua opinião, por isso se estava e vivia em democracia, mas, não concordava com ele, porque neste documento estava implícito uma critica também aos atentados israelitas. Nem todos os israelitas, concordam com o que Sharon estava a fazer na Palestina. Por último informou que esta Moção foi feita com base na Resolução 242 das Nações Unidas, respeito pelo reconhecimento da soberania, integridade territorial, independência política de cada estado da região, se estava de facto a contemplar conforme estava na resolução, o direito de se viver em paz dentro das fronteiras seguras e reconhecidas livres de ameaças ou de actos de força. Pensa que se Sharon aceitasse uma força de paz das Nações Unidas, conforme já lhe tem sido pedido e solicitado. Penso que este problema, há muito tempo, que poderia ter sido ultrapassado. Isto para dizer que a CDU, não concorda com os atentados Palestinianos em Israel.

- Dentro deste contexto, pediram ainda para intervir os seguintes Deputados:

Senhor Miguel Rodrigues e Rui Reis.

- **Senhor Deputado Miguel Rodrigues (PS):** Começou por dizer que nesta questão, existe uma certa confusão entre a esquerda e direita. No que respeita ao problema Israelo-Palestiniano, normalmente a esquerda está a favor da Palestina e a direita de Israel. As atrocidades ultrapassam qualquer ideologia, as imagens falam por si. Penso que o Paulo disse que também está lá implícito, as atrocidades cometidas contra Israelitas. O que penso é que os problemas de consciência põem-se, e põem-se sobretudo quando se liga a televisão e se depara com aquelas imagens, que não nos permitem ficar isentos destas questões.

- **Senhor Deputado Rui Reis (PSD/PP):** Relativamente a esta Moção, e ao assunto nela versado, disse que as razões são basicamente as mesmas que o próprio Presidente da Mesa da Assembleia. Sobre a afirmação feita pelo Senhor Deputado Paulo Tavares, em que diz que também está implícita a atitude do Povo Palestiniano, penso, que não tem que estar implícita, tem que estar em igualdade de circunstâncias, uma coisa e outra, ambas são o retirar de vidas humanas. A razão pela qual votamos contra é que não se trata de direita ou esquerda, trata-se de razão de direitos humanos, tanto para um lado como para outro.

- 4.1 - Discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio de 2002-2005 -

- **Senhor Presidente da Mesa:** Dado o adiantar da hora, e tendo em conta que existiam ainda para aprovar, alguns documentos que eram essenciais para a gestão normal da Autarquia, a pedido do Senhor Presidente da Junta, sugeriu que fosse colocado para votação o ponto 4.6, que se trata da discussão e votação da tabela de taxas de secretaria e do cemitério, assim, neste seguimento, perguntou se alguém obstava contra a inversão dos pontos constantes da ordem de trabalhos. Como ninguém se manifestou colocou à votação o ponto 4.1 - Discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio de 2002-2005. Que como já anteriormente havia referido, foi um documento consensual e discutido por todos os grupos parlamentares, e visto não poder estar presente na última reunião, confio no trabalho que foi feito pelos Senhores líderes parlamentares, pelo que, acho que este documento se encontra pronto para ser votado.

- **Senhor Presidente da Junta:** Pediu para intervir, no sentido de chamar à atenção, para os erros ortográficos encontrados neste documento. Enumerando-os, um a um, sugeriu ainda que fosse feita uma revisão a este documento e que fosse feita a sua correcção. Por exemplo, a palavra Junta que se encontrava isolada, deveria ser substituída por Junta de Freguesia.

- **Senhor Deputado Jorge Santos(PS):** Em relação ao Regimento, e em referência ao grupo de trabalho, realçou o trabalho desenvolvido pela Dra. Alexandra. Sobre a chamada de atenção feita pelo Senhor Presidente da Junta, considerava ser desnecessário, pois, subentendia-se que Junta se reportava à Junta de Freguesia de Mafamude. Por último referiu que, quando as pessoas se encontram para dialogar, trabalhar em conjunto, o resultado era positivo.

- **Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP):** Começou por que referir que este trabalho, era um trabalho de consenso. Reforçou o trabalho desenvolvido pela Dra. Alexandra, e agradeceu as sugestões dadas pelo Senhor Presidente da Junta. Sobre o Regimento chamou a atenção para a introdução de um ponto, que

contemplava a intervenção do público, no início das sessões. Sobre este assunto disse, não estar de acordo, face à experiência que tinha tido e acompanhado durante três anos na Assembleia Municipal, em que o Público intervinha no início das sessões, e, depois das suas intervenções ausentavam-se. Dentro deste espírito referiu que se tornaria muito mais cómodo deixar de concorrer às eleições, viria no início das sessões, manifestaria as suas opiniões, e até condicionaria as opiniões dos outros e ir-se-ia embora. Isto seria desrespeitar o princípio da democracia.

- **Senhor Presidente da Junta:** Relativamente à sua chamada de atenção, sobre a palavra Junta, disse que era obvio que as pessoas ao referirem Junta, se estavam a referir à Junta de Freguesia. Sugeriu esta alteração, porque em muitos parágrafos, aparece a palavra Junta, isoladamente.

- 4.6 discussão e votação da tabela de taxas de secretaria e do cemitério -

- **Senhor Presidente da Mesa:** De imediato colocou à votação o Regimento para o mandato de 2002-2005, não havendo abstenções, nem votos contra, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Seguidamente colocou em discussão o ponto 4.6 - Discussão e Votação da Tabela de Taxas da Secretaria e Cemitério e para apresentação deste ponto convidou o Senhor Presidente da Junta, a fazer a explanação deste ponto.

- **Senhor Presidente da Junta:** Sobre este ponto, justificou a razão pela qual foi proposta a alteração às taxas da Secretaria e Cemitério. Primeiro tem a ver com a entrada do euro, e, porque as taxas se apresentavam em escudos, houve necessidade de fazer a sua adaptação a esta nova moeda, segundo para aplicação das novas de taxas a cobrar na autenticação de fotocópias.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Abriu as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito o Senhores Deputados: José Carlos Soares e Maria Manuel Gonçalves.

- **Senhor Deputado José Carlos Soares (PS):** Começou por dizer que eram totalmente contra a forma como tinham sido alteradas as tabelas, e deu como exemplo o atestado de residência, que entre o ano de 2001 e 2002, tinha-se registado um aumento de 25%. Ainda neste contexto referiu que um atestado de residência, na Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, custava apenas um euro e meio, que era caso para perguntar ao Senhor Presidente da Junta se os atestados da Junta eram diferentes das outras? Sobre o benefício do telefone, disse ter havido também um aumento. Ainda relativamente às taxas e nomeadamente ao aumento da taxas de uso e porte de arma, disse concordar, e que as mesmas poderiam sofrer um aumento de 300% a 700% se necessário 1000%. Sobre as taxas do Cemitério, disse ser injusta a sua subida. Referindo-se aos Jazigos Téreos, e nomeadamente à inumação, disse que, quem em 2001 desembolsava vinte cinco euros, agora para enterrar os seus entes queridos, iriam passar a desembolsar cinquenta euros, registava-se um aumento de 100%. Sobre as exumações nos Jazigos Téreos, disse que entre o ano de 2001 e 2002, se registava um aumento de 400%, que esse aumento não era no mínimo gritante mas simplesmente ridículo. Por último referiu que não era com este tipo de aumentos que se nivelavam as contas da Junta, mas sim com reduções de despesas. Como Exemplo, referiu que, apenas em três meses, já se haviam gasto, em Estudos e Consultadoria, novecentos e cinquenta e oito contos.

- **Senhora Deputada D. Maria Manuel Gonçalves (PSD/PP):** Relativamente às taxas e porque foram citadas duas Juntas de Freguesia, do Concelho, disse ter ficado surpreendida quando se dirigiu aos serviços da Junta de Freguesia de Mafamude, para pedir um atestado de residência e só lhe terem cobrado a importância de cem escudos, quando na Junta de Freguesia de Santa Marinha, pelo mesmo atestado lhe tinham cobrado a importância de trezentos e cinquenta escudos.

- **Senhor Presidente da Junta:** Sobre as questões apresentadas, pelo Senhor José Carlos Soares, queria apenas dizer que se registou um aumento em média no valor de 8,7%. Se, em alguns valores, se verificou o aumento de cem por cento, noutros o aumento foi zero, ou apenas 1%. No cômputo geral e tendo em conta que as mesmas não sofreram aumentos desde 1995, regista-se apenas um aumento de 3%. Relativamente ao terem citado outras Juntas, nem sequer me vou imiscuir nesse campo, nem entrar em termos de comparação com outras Juntas de Freguesia. Relativamente aos Jazigos Têrreos, apenas quero referir que estes Jazigos pertencem a pessoas de bastante dinheiro, são Jazigos que estão avaliados em cerca de quatro mil a cinco mil contos, não pertencem a pessoas desfavorecidas. A Junta de Freguesia, honra-se e tem sempre o cuidado de pensar nos outros, de pensar na sua comunidade, e não os prejudicar, o que mais me custou, foi passar a autenticação de uma fotocópia de mil escudos para quatro mil escudos, mas é uma taxa que nos foi imposta, e como tal não podemos de a deixar de aplicar. Tentamos harmonizar estas taxas de forma que justifique o aumento da inflação de há sete anos a esta parte e não há cinco como foi referido, desde 1995 que não aumentávamos as nossas taxas. Tivemos os cuidado de zelar pelos interesses dos mais necessitados.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Colocou para votação o ponto 4.6 da ordem de trabalhos:

Votação: Aprovado com 10 votos a favor do PSD/PP, 1 voto da favor da CDU e 6 votos contra do Partido Socialista.

- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TOPONÍMIA PARA A TRAVESSA HONÓRIO TAVARES DA COSTA -

- **Senhor Presidente da Mesa:** Dado ter havido consenso, entre os líderes desta Assembleia, para o prolongamento da mesma, e tendo em conta que se encontrava para aprovar um ponto, para o qual a Câmara solicitava que com máxima urgência fosse indicado o nome para o arruamento em discussão, foram abertas as inscrições. Tendo-se inscrito os seguintes Deputados: Senhora D. Rosalina Santos e Senhor António Rocha.

- **Senhora Deputada D. Rosalina Santos (PS):** Começou por dizer da razão porque também pretendiam alterar e não falar agora deste ponto. Porque, inquiridos alguns moradores da Rua Particular Honório Costa, e, dado estes terem revelado um total desconhecimento da proposta apresentada pela Junta de Freguesia, e visto não terem sido consultados, demonstraram não estar de acordo, porque, teriam que suportar os inconvenientes das alterações aos seus endereços, por culpa da Junta de Freguesia. Assim, e porque acreditam no dialogo, sugeriu, de forma a este problema ser contornado, fosse o referido arruamento designado por Rua Honório Tavares da Costa e não Travessa, como foi sugerido pela Autarquia.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Face à intervenção feita anteriormente, lamentou que o Partido Socialista, não tivesse colocado com franqueza e honestidade esta questão no início.

- **Senhor Deputado António Rocha (PPD/PSD):** Começou por dizer que não era um questão consensual, e que por isso se deveria ter dito imediatamente não. Se existia alguma divergência, esta deveria ser esclarecida, lhe parecia que o assunto de toponímia era da responsabilidade da Câmara, e que esta por sua vez solicitava à Autarquia o parecer. Era evidente que a Junta de Freguesia, tinha consultado alguém. Nas duas propostas estava salvaguardado um princípio urbanístico e essencial que outrora havido sido debatido pela bancada do Partido Socialista, que seria o de criar unidades identificáveis em zonas onde não houvesse divergências de nomes. Por último e para juntar a este despacho e a esta informação mais alguns dados que iriam de certa forma permitir reflectir sobre este assunto, pediu autorização ao Senhor Presidente da Junta, para que o responsável do Pelouro, se pronunciasse acerca do assunto em discussão.

- **Senhor Deputado Agostinho Santos (PS):** Disse que não tinha estudado a questão e que não iria falar sobre essa mesma questão. Pediu para intervir, para dizer que não admitia, que, ninguém pusesse em causa a boa fé dos seus Deputados, muito menos a boa fé dos Deputados do Partido Socialista. Não sabiam se o público tinha ou não vontade de intervir, sobre esta questão. Algumas pessoas entre o público eram pessoas suas amigas, mas outras não, desconhecia portanto a vontade de intervir do público. O que havia sido dito pela D. Rosalina, era que, tínhamos sido contactados por algumas pessoas, achávamos que, dado o assunto, o mesmo deveria ser discutido com tempo. Razão pelo qual o não queríamos discutir no momento.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Como resposta ao Senhor Agostinho Santos, disse que ninguém tinha posto em causa ninguém, mas que de facto a D. Rosalina tinha referido que havia gente no público que queria falar sobre a matéria.

- **Senhor Presidente da Junta:** Sobre esta questão disse que iria fazer uma primeira apreciação e que depois daria a palavra ao seu colega do urbanismo. Começou por dizer que não era interesse da Junta de Freguesia que a Rua se chamasse Travessa, Vereda ou Avenida, não havia nenhum nome com grande predominância para ser dado aquele arruamento. Tinha conhecimento, que existia uma grande confusão acerca do número de policia naquelas duas artérias, quer na perpendicular à Avenida, quer à paralela à Avenida da República, os números misturavam-se uns com os outros. Uma vez que, para além do ofício enviado, nos disseram por telefone, que seria preciso atribuir um nome diferente àquela artéria paralela à Avenida, e que não poderia ficar com o mesmo nome da rua. Depois de consultadas inúmeras pessoas do local, os mesmos, sugeriram-nos e dada a confusão que iria trazer, fosse mantido pelo menos o nome de Honório Tavares da Costa. Não era da competência da Junta de Freguesia, atribuir nomes a arruamentos, mas sim, apenas sugerir. Para um melhor esclarecimento, sobre o assunto, autorizou a que o Membro do Executivo, Senhor António Pereira, responsável pelo Pelouro de Urbanismo se pronunciasse acerca desta questão.

- **Vogal Senhor António Pereira:** No seguimento da intervenção anterior, disse concordar com o que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta. Relativamente ao assunto e porque foi referido pela Deputada D. Rosalina, que os moradores tinham desconhecimento desta proposta, informou que dada a sua disponibilidade de momento, tinha sido sua preocupação deslocar-se ao local e tentar junto dos

moradores, saber quais as suas opiniões. Questionados sobre o assunto, foram todos unânimes, em dizer que o arruamento deveria ser denominado por Travessa Honório Tavares da Costa.

- **Senhora Deputada D. Rosalina Santos (PS):** Pediu para intervir no sentido de dizer que apenas tinha pedido para ser tirada a palavra Particular, não era sua pretensão, que alguma coisa fosse alterada. O que havia sugerido era que, em vez de Travessa, porque uma era Rua com Particular, fosse só Rua sem o Particular, que era o que pretendia.

- **Vogal Senhor António Pereira:** Pediu para informar que, precisamente para não haver problemas com o carteiro, lhe pediram que pelo menos se mantivesse o nome de Honório Tavares da Costa.

- **Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU):** Relativamente a este assunto, referiu que, tendo sido consultados os moradores daquela zona, conforme tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Junta e o responsável do Pelouro e, tendo em conta que a Câmara solicita um nome para o arruamento, não sendo possível consultar todos os moradores, a não ser que existisse uma Comissão de Moradores naquela zona, disse estar de acordo com a explicação que foi dada pelo Executivo, achando por isso que o nome Honório Tavares da Costa se deveria manter. Para terminar referiu que este assunto deveria ser consensual entre todas as forças políticas.

- **Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP):** Começou por dizer que afinal fazia todo o sentido em se discutir este assunto, isto para dizer que para tudo existem regras. As pessoas têm o direito de salvaguardar os seus legítimos direitos e de os expor a quem vai aplicar a decisão das suas preocupações e tentar reunir esses mecanismos da condução a outro lado. Na sua opinião tinham sido salvaguardados os princípios urbanísticos e os interesses na globalidade. Por último disse concordar em função da designação dada, que não lhe oferecia nenhuma objecção e iria decidir em conformidade. Sugeriu ainda que futuramente, se usassem mecanismos do "jogo democrático" para expor essas ideias, que evitaria que houvesse aqui uma subversão de valores.

- **Senhor Deputado Agostinho Santos (PS):** Começou por dizer que não estavam em causa as regras, nem os valores, o que estava em causa, era que, achavam que o assunto não era tão simples como isso. Neste contexto, e face à existência de vários tipos de opiniões, sugeriu que esta situação fosse adiada. Antes de tomarem uma posição, gostariam de ter a oportunidade de ouvir as pessoas que defendem outra posição. De imediato colocou-se à disposição do Senhor Presidente da Junta e do Responsável do Pelouro, para lhes fornecer nomes e respectivas moradas, das pessoas que foram ter com eles e que defendem outra posição. Sugeriu também que fosse feito o contrário, que lhe fossem fornecidas as moradas das pessoas que defendem a posição apresentada pelo Executivo.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Mostrando-se o ambiente entre as forças políticas um pouco aceso, interveio no sentido de pedir a todos um pouco de calma e referiu que, desde o início não tinha havido boa fé, nesta discussão, era a sua opinião. Não haveria necessidade de se condicionar as pessoas e de criar, problemas, apelou para o bom senso de todos.

- **Senhor Deputado Jorge Santos (PS):** Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Mesa, disse que o tinha ouvido falar de mais em boa fé, pensa que ninguém está

ali de má fé. Na sua opinião achou que os trabalhos foram mal conduzidos, deveria ter havido uma explicação prévia, por parte do Senhor Presidente da Junta, até porque nesta mesma explicação seria prestada a informação da imposição por parte da Câmara, em não se poder chamar Rua.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Como resposta ao interveniente anterior, disse que admitia que não tivesse ouvido bem, o que não admitia era que acusasse a Mesa, de manifestamente não corresponder à verdade dos factos. Sobre a sua opinião, referiu que esta tinha que ser baseada em factos. Pediu desculpas por o interromper, tinha tido uma razão para o fazer, acusou a Mesa de ter inviabilizado esta discussão. Sobre não ter dado a palavra ao Senhor Presidente da Junta, aquando do início da discussão deste ponto, lembrou que a decisão da mesa tinha sido tomada muito antes, não seria por aquela razão que estava a existir aquela discussão, mas sim, porque antes da Mesa tomar a decisão de se discutir a toponímia, deveria ter sido informada previamente da existência de controvérsias sobre esta matéria, seria mais fácil chegar-se a um consenso.

- **Senhor Deputado Jorge Santos (PS):** Sobre este assunto, e tomando como base o teor da certidão, em que referia ser uma proposta da Junta de Freguesia, que tinha que ser colocada para apreciação na Assembleia, achava que a mesma deveria ter sido apresentada pelo Senhor Presidente da Junta. Seguidamente e referindo-se à vontade de ver terminada esta Sessão, inquiriu o Senhor Presidente da Mesa, no sentido de lhe perguntar se havia pedido autorização para a continuação dos trabalhos.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Informou o Senhor Deputado Jorge Santos, que com a devida antecedência tinha pedido autorização para a continuação dos trabalhos.

- **Senhor Deputado Jorge Santos (PS):** Sobre esta questão disse que iria reformular a questão e pediu que o Senhor Presidente da Mesa consultasse os líderes, no sentido de lhes perguntar se efectivamente lhes tinha pedido autorização para a continuação dos trabalhos. Relativamente ao terem conhecimento da existência de moradores na Assembleia, informou que não tinham conhecimento da presença deles e da pretensão deles em intervirem.

- **Senhor Presidente da Junta:** Disse haver uma grande confusão acerca deste assunto. Relativamente ao terem afirmado existir por parte da Câmara uma imposição, para a atribuição de nome a esta artéria, esclareceu que tinha sido aconselhado em não atribuir o mesmo nome à Rua. Por essa razão explicou o porquê do Executivo, ter proposto à Assembleia a atribuição do nome, Travessa Honório Tavares da Costa.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Junta e perguntou se alguém queria intervir ainda sobre esta matéria. Inscreveram-se os Senhores Membros António Rocha e Paulo Tavares.

- **Senhor Deputado António Rocha (PPD/PSD):** Ainda sobre este assunto, lembrou que tinha em seu poder o número do telemóvel de todos os líderes, e que estes tinham o seu número, se havia alguma posição que precisasse de ser consensualizada, seria fácil. Sobre a legitimidade do Executivo decidir, acrescentou que estava na Lei, a Junta só iria dar um parecer, quem iria atribuir o nome, seria a Câmara. Sobre a legitimidade dos moradores para contestarem, informou que

estes poderiam fazer um abaixo assinado e que o mesmo fosse enviado para os órgãos com responsabilidade decisória nesta matéria. Neste seguimento e caso esta proposta não fosse hoje votada, aqui, em consciência, e estando salvaguardados os mecanismos da cidadania e se por ventura houvesse inversão desses valores, seria o primeiro a pedir demissão da Assembleia, porque nada faria ali, pois em qualquer momento, com qualquer ambiente de pressão, se perdia o poder de decidir. Seguidamente propôs à Mesa que se passasse de imediato à votação da proposta.

- **Senhor Presidente da Mesa:** Deu razão ao Senhor Deputado António Rocha, e seguidamente deu a palavra ao Senhor Deputado Paulo Tavares.

- **Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU):** Ainda sobre este assunto, referiu que, se a Câmara tinha solicitado um nome para o arruamento em questão, estando a proposta em cima da Mesa, deveria esta ser votada. Salientou também o cuidado que se teve em auscultar as pessoas acerca deste assunto. Por último, disse que tinha tido pena em não terem pedido a opinião da CDU, pois certamente seriam o fiel da balança, provavelmente teriam empatado esta questão.

Senhor Presidente da Mesa: Colocou à votação a proposta de toponímia para o arruamento junto à Rua Particular Honório Tavares da Costa, que teve a seguinte votação: 11 votos a favor do PSD/PP, 1 voto a favor da CDU e 6 seis abstenções do Partido Socialista. Agradeceu e seguidamente informou que no início desta Assembleia, por lapso não tinham sido lidos dois documentos e que por achar serem importantes

para conhecimento da própria Assembleia o iria fazer neste preciso momento. Deu a conhecer que, a pedido do agrupamento do Cedro, para fazer parte do Conselho Eco-Escolas, tinha nomeado para aquele efeito o segundo Secretário da Mesa. Deu também conhecimento de um pedido feito pela CDU, em que requer ao Senhor Presidente da Junta que lhes sejam facultados os nomes e respectivas moradas de todos os membros da Assembleia e Junta. A Junta de Freguesia, solicita o parecer sobre este assunto. Sobre o assunto disse que a Mesa iria discutir esta matéria, e que futuramente daria à Junta uma resposta. Seguidamente informou que iria proceder-se à leitura e votação da minuta da acta. Depois de lida, foi a mesma aprovada por unanimidade.

- Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrada a Sessão eram uma hora do dia um de Maio. Para constar lavrou-se a presente acta que vai ser assinada.

O PRESIDENTE DA MESA

1.º SECRETÁRIO

2.º SECRETÁRIO